

RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.380 - RS (2013/0021176-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ENTERPRISE INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADOS : ISAC CHEDID SAUD - RS006919
TAIL SALMAN - RS041234
RECORRIDO : NIKE INTERNATIONAL LTDA E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO BOEIRA - RS007788
MARCIA APARECIDA ORTIZ DO AMARAL MOURÃO - SP103773
NEWTON VIEIRA JUNIOR E OUTRO(S) - SP162474

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ENTERPRISE INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, doravante ENTERPRISE, contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

Cuidam os autos, na origem, de ação ordinária com indenização proposta por NIKE INTERNATIONAL LTDA e NIKE DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA contra ENTERPRISE.

O il. Magistrado julgou procedente o pedido (sentença às fls. 648/657).

Diante disso, ENTERPRISE interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJ-RS, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 775):

"AÇÃO INDENIZATÓRIA. LICENÇA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS. IMPORTAÇÃO PARALELA. DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. CASO EM QUE, DE ACORDO COM AS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS, RESTOU DEVIDAMENTE DEMONSTRADA A OCORRÊNCIA DE IMPORTAÇÃO PARALELA, SEM O CONSENTIMENTO DO TITULAR DA MARCA. EFETIVAMENTE, A EMPRESA DA QUAL A RECORRENTE ADQUIRIU OS PRODUTOS QUE IMPORTOU NÃO ESTÁ AUTORIZADA PELA NIKE A PROMOVER EXPORTAÇÕES PARA O TERRITÓRIO BRASILEIRO, HAVENDO, ASSIM, AFRONTA AOS DIREITOS DE LICENÇA EXCLUSIVA NO BRASIL EM RAZÃO DA PRÁTICA DE IMPORTAÇÃO PARALELA. E ISSO FERE DIREITO PROTEGIDO PELA LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. A INDENIZAÇÃO RELATIVA AOS LUCROS CESSANTES DEVE LEVAR EM CONTA O LUCRO QUE DEIXOU DE AUFERIR E

NÃO A TOTALIDADE DO VALOR DAS MERCADORIAS, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO. EXEGESE DA LEI 9.279/96. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA, A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO, CONFORME A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. REPERCUSSÃO ECONÔMICA. GRAU MÁXIMO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA."

Inconformada, ENTERPRISE manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 132, inciso III, e 210 da Lei n. 9.279/96.

Contrarrazões às fls. 876/888.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta a recorrente violação dos arts. 132, inciso III, e 210 da Lei n. 9.279/96 de que a comercialização dos produtos da recorrida seria válida. Afirma-se que a simples comercialização originária da NIKE ARGENTINA S.A. SUCURSAL URUGUAI representa autorização tácita para revenda autorizada pela COLTIR TRADING. Ressalta-se que há outra declaração expressa da NIKE que permite a comercialização de seus produtos, mesmo em zona franca. Destaca-se que não houve contrafação e que a aquisição dos produtos ocorreu regularmente, com notas fiscais e pagamento dos tributos. Invoca, ainda, o art. 13 do Protocolo e Harmonização de Marcas, segundo o qual seria a primeira comercialização da mercadoria em qualquer país do Mercosul produziria efeitos até esgotar o direito do detentor da marca de impedir as vendas.

O eg. TJ-RS, por seu turno, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, concluiu que a recorrente não agiu de boa-fé, pois a importação foi paralela e sem autorização do detentor da marca. Além disso, ressaltou que a empresa COLTIR TRADING, de quem os produtos foram adquiridos, não tinha autorização para promover exportações para o território brasileiro. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 777/778):

"Inicialmente, não há como se acolher a alegação da apelante de que a venda realizada pela Coltir Traidng S.A. teria sido legítima, conforme teria ficado expresso na carta da Nike Argentina Sucursal Uruguai e que não haveria ressalva de que os bens deveriam ser vendidos somente em free shops.

O que exsurge dos grampos, tanto no processo principal como na

apensa ação cautelar de busca e apreensão, é a ocorrência de importação paralela, sem o consentimento do titular da marca. Nesse sentido, cumpre destacar alguns trechos da declaração emitida pela própria Nike Argentina Sucursal Uruguai, onde a mesma nega as afirmações da parte apelante, fls. 94/95 do processo cautelar em apenso, a saber:

(...)

Desse modo, não há que se falar em boa -fé e que não haveria prova de afronta à Lei de Propriedade Industrial, porquanto, às fls. 371/376 do feito em apenso, constata-se que a importação realizada não possui o consentimento da titular da marca, além do fato de que não se deu por meio de empresa autorizada pela Nike International no território uruguaio, isso porque a empresa Coltir Trading S.A., da qual a recorrente adquiriu os produtos que importou, não está autorizada por aquela a promover exportações para o território brasileiro. Decorre daí, sim, afronta aos direitos de licença exclusiva no Brasil em razão da prática de importação paralela, ferindo, consequentemente, a importação realizada, direito protegido pela Lei nº 9.279/96." (g.n.)

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à inexistência de autorização para a comercialização dos produtos de marca pertencente à recorrida, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Ademais, o recurso também não encontra respaldo quanto à alegada abusividade da condenação. Isso porque a recorrente limitou-se a trazer a matéria sem apresentar os dispositivos que tenham sido supostamente ofendidos pelo v. acórdão recorrido. Com efeito, é uníssono o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a alegação genérica no recurso especial atrai, por analogia, a Súmula 284/STF. Nessa mesma linha de intelecção os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS NO IMÓVEL. COBERTURA CONTRATUAL. PROVA. VALORAÇÃO. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025/CPC. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2. INVIABILIDADE. MULTA. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

4. A ausência de indicação, associada às razões pelas quais assim entende a parte, do dispositivo legal tido por violado atrai o enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 377.471/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. 1. CÁLCULO DA VERBA INDENIZATÓRIA. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DIVIDENDOS. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

2. Quanto aos dividendos, não tendo a recorrente indicado, nas razões do apelo nobre, nenhum dispositivo legal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido ou objeto de interpretação divergente pelos tribunais, tem incidência a Súmula n. 284 do STF.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 824.605/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 05/04/2016, grifou-se).

Por fim, o recurso também não encontra respaldo quanto à divergência jurisprudencial. Isso porque o precedente colacionado - Resp. 930.491/SP - não possui similitude fática e jurídica com o v. acórdão estadual, especialmente devido à incidência da Súmula 7/STJ para a alínea "a" do permissivo constitucional.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator